

BOLETIM

DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

DIREÇÃO:
OSCAR MAIA

Vice-Presidente da Publicidade e Assistência Social

SECRETARIA.
COSME FERREIRA FILHO

RODOVIA PÚRUS-MADEIRA

AGNELO BITTENCOURT

“Manaus, 11. O Governador Alvaro Maia presidiu, na cidade de Humaitá, o início das obras da estrada que ligará aquela cidade à Lábrea, visando aproveitamento dos grandes campos existentes entre os dois municípios. As obras estão a cargo do Dep. de Estradas de Rodagem do Amazonas”. (Extraído do “Diário de Notícias”, do Rio, de 12.6.52).

VELHAS TENTATIVAS

Vamos tornar realidade um sonho já secular: a ligação da bacia do alto Madeira à do baixo Purús, para, sobretudo, facilitar o trânsito comercial, ou seja, o escoamento das riquezas de parte de Mato Grosso, Guaporé e Bolívia pelo último daqueles rios.

Os grandes desníveis do leito do Madeira, à montante do Santo Antonio, formando alterosas cachoeiras até Guajará-mirim, marcam um desafio às penetrações por via fluvial, conquanto para os verdadeiros bandeirantes não existam impecilhos nem distâncias, quando sabem que, no seio da muralha verde, se escondem tesouros.

A inteligência e a audácia armaram o brasileiro para os grandes empreendimentos. Assim, não hesitam enfrentar a natureza hostil. Que o digam os nordestinos que desbravaram o Acre e outras zonas da Planície, apenas animados do estoicismo, enfrentando o desconhecido. E varar as terras, de um rio a outro, para encurtar caminhos, é uma idéia antiga na Amazônia.

Ao tempo da instalação da Província (1852), acreditava-se na existência de paranás ou furos entre as águas do Purús e Madeira.

O Madeira era, sem dúvida, depois do Rio Negro, o caudal mais importante, sob o ponto de vista econômico e financeiro, para a novel Unidade do Império. Canalizar com facilidade, para Manaus os produtos de toda a bacia madeirense, equivalia a dar um impulso à prosperidade do Amazonas. O Presidente Tenreiro Aranha, instalando e assumindo o governo em Janeiro daquele ano, logo em maio, designou o pernambucano Seraphim da Silva Salgado para explorar o Purús e verificar o que havia de

verdade na versão propalada de existir uma comunicação natural com o Rio Madeira, acima de Santo Antonio e, portanto, com ingresso direto à Bolívia e Mato Grosso. Salgado partiu a 10 do referido mês, em duas igarités guarnecidas por doze índios e doze praças armadas, sob a chefia de um cabo. Penetra o Purús, sobe-lhe as águas até onde pode navegar, regressando a 10 de outubro, tendo chegado a Manaus a 30 de novembro do mesmo ano, sem encontrar ou ter notícia da suposta comunicação. O Relatório de Seraphim Salgado é uma peça histórica de grande valor na descrição de um rio que, pela primeira vez, foi sulcado por um civilizado.

Outra expedição exploradora foi enviada em 1861: dela se incumbiu o prático amazonense Manoel Urbano da Encarnação, que, da foz do Purús até seu afluente Ituxí, gastou, viajando em duas canoas, 55 dias e mais 100 daí até próximo a Sarayaco (Bolívia). Haviam-lhe dito que uma corrente d'água desembocava no Ituxí, possivelmente uma comunicação vinda do Abunã. Eis que Manoel Urbano sobe aquele rio, penetra a suposta comunicação durante alguns dias e vê que se tratava apenas de um tributário do Ituxí. O expedicionário após nove meses de viagem redonda, declarou não ter encontrado a propalada comunicação, objeto dessa viagem. Seu Relatório, não menos interessante que o de Seraphim Salgado, foi redigido, em Manaus, pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho e se acha inserto no livro sôbre o Município de Lábrea, do Cel. Antonio C. R. Bittencourt ("O Município de Lábrea", 1918, pag. 20).

Ainda uma outra tentativa se realizou a mando do govêrno provincial, desta vez pelo Ituxí. Mas, o seu encarregado Manoel Urbano resolveu penetrar o Rio Mucuí, no hoje Município de Canutama, subindo por êle durante 11 dias em igarité e mais 3 por terra, chegando à cachoeira Salto Theotônio. Estava, assim, em parte, descoberta a tão ansiada comunicação Purús-Madeira. Foi ainda o Dr. Coutinho quem reduziu a termos escritos os relatos do expedicionário, que era um homem semi-analfabeto, mas resoluto e leal.

A passagem entre os dois rios constituiu uma espécie de obsessão da época. O Cel. Antonio Rodrigues Pereira Labre, maranhense culto e de influência social, no comércio e nas rodas governamentais de Manaus, estudou o Purús, que perlustrou em navio a vapor, publicando um trabalho a respeito. Fundou a povoação que se tornou mais tarde a cidade de Lábrea, em 1º de fevereiro de 1871. O seu empenho foi grande para o conseguimento de uma rodovia entre Lábrea e o Madeira, extendendo-se até o Abunã. Em sucessivas penetrações e estudos gastou mais de nove anos, desde 1872 a 1881, tudo à sua custa, como êle próprio o declara. Incentivou o govêrno amazonense a proceder dêsse modo, conseguindo a promulgação da lei n.º 208, de 27 de abril de 1871, autorizando o Presidente da Província a mandar explorar os rios Marí e Ituxí, "tendo exploração com o fim de reconhecer o ponto mais vantajoso para abrir-se comunicação com os rios Abunã e Beni, da Bolívia". "Se a comunicação pode ser feita por canal que se deve abrir, ou estrada de rodagem. Se existem campos próprios para a fundação de fazendas de gado, atravessados por aqueles rios". Esta lei não passou de mais uma tentativa na inicial visão de Tenreiro Aranha.

O Cel. Labre tomou a si o empreendimento. Não olhou dificuldades, nem despesas. Em maio de 1886, à frente de civilizados e índios, partindo de Lábrea, fura a floresta, rumo a Santo Antonio, no Madeira. Atravessou chapadas de pouca elevação, sendo que três quartas partes do itinerário era de campinas úteis à criação de gado. E, após sofrer privações de toda

ordem, chegou mais ao sul do ponto visado, na cachoeira Morrinhos, alguns quilômetros à montante de Santo Antonio, gastando, nêsse percurso, 200 quilômetros, em 40 dias de viagem, quando o cálculo até Santo Antonio, seria de 170 quilômetros.

Na conferência que fez, em 1888, na antiga Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia, conta-nos o Cel. Labre particularidades dessa excursão, concluindo pela possibilidade de uma rodovia aproveitável, sobretudo no transporte do gado boliviano, tão abundante, a ponto de custar, ali, a êsse tempo, uma rez apenas Cr\$ 10,00! (Revista da Soc. Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro", tomo IV, 2º Boletim, pag. 102, 1888).

As informações do Cel. Labre são omissas quanto às características das chapadas e dos rios que atravessou. Certo, não poderia passar 40 dias sem água, no meio de campinas infindáveis. Também não nos fala da estrutura dos terrenos que palmilhou, nem das espécies de gramíneas que revestem aquele solo. Talvez tudo isso se encontre no seu Diário, até hoje desconhecido.

Mas, para tirar uma prova da qualidade das pastagens dos campos do Pussiarí (nome de um afluente do Ituxí, que banha êsses campos), fundou a 60 quilômetros da Lábrea uma fazenda de criação de gado vacum, entregando-a a um civilizado, auxiliado por alguns índios. O estabelecimento prosperava, quando, um dia, surgiu uma desinteligência e luta corporal entre o encarregado e um dos trabalhadores, resultando na morte de ambos. Diz o Cel. Labre que não mais encontrou ninguém que quizesse tomar conta da fazenda. Daí, o fracasso completo da tentativa.

Entretanto, não desanimou o Cel. Labre. Como deputado à Assembléia Legislativa amazonense, obteve a sanção de uma lei autorizando o gasto de Cr\$ 25.000,00 com a abertura da estrada Lábrea-Bení, no que teve grande oposição dos seus próprios correligionários, oposição vencida pela boa vontade do Presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Fora contratado, como técnico do traçado geodésico, o engenheiro Alexandre Haag, e fixado o ponto de partida da abertura da estrada, em Lábrea, onde o pioneiro da idéia foi arregimentar mateiros e animais de carga.

Ao chegar àquele sítio o navio em que devia viajar dito engenheiro, tudo estando pronto para a marcha, qual a decepção do deputado Labre ao saber que o Governo ordenara fôsse começada do Bení a Lábrea, e não como ficara assentado. Essa resolução causou um profundo desgosto ao intrépido maranhense.

O engenheiro Haag foi ao Madeira para dar início ao serviço da abertura da picada. Em consequência, porém, da falta de pessoal, logo após ter penetrado alguns quilômetros na floresta, regressou. Um fracasso, para o Governo, e um prejuízo material para o Cel. Labre, que, daí por diante, não mais confiou na ação dos Poderes Públicos. (A. R. P. Labre, "Itinerário de Exploração do Amazonas à Bolívia", 1887, pag. 31).

O interêsse de uma ligação terrestre do Purús ao Madeira e o empenho tenaz e ininterrupto do fundador da Lábrea, impressionaram o espírito de José Francisco Monteiro, criador e prefeito de Humaitá. Corria a segunda metade do ano de 1894. Abriu-se um novo capítulo na história dessa tentativa, do qual tivemos conhecimento através de uma recente publicação de Alvaro Maia. ("Jornal do Comércio", de Manaus, de 16.3.52).

Dormia, ignoradamente, no Arquivo da Prefeitura Municipal de Humaitá, o Relatório de uma expedição mandada organizar, naquele ano, pelo Prefeito Francisco Monteiro, da qual foi encarregado Joaquim Sabino Gonçalves. Agitava-se, assim, ainda uma vez, a sonhada ligação. O expedicionário se lança na floresta, com 16 pioneiros, que, no fim da jornada, "tinham aspecto de cadáveres, torturados pela fome, castigados cruelmente pelas febres palustres" (Relatório), tendo partido de Humaitá a 3 de setembro e chegado a Lábrea a 20 de outubro de 1894. A expedição deveria regressar pelo mesmo caminho, segundo ordem recebida do Executivo humaitaense, mas impossível isso se tornou devido ao estropiamento dos seus membros, pois, em marcha batida, quase sem alimentos, atravessando igapós, alagadiços, rios, campos e florestas compactas, ficaram demasiadamente combalidos. Regressaram pelo Purús, Solimões e Madeira. Que resultou de tantos sacrifícios?

O Relatório de Joaquim Sabino Gonçalves é precioso, sobretudo neste momento em que vem à baila o assunto, numa expectativa de realização. Concitamos o Governador Alvaro Maia a mandar publicá-lo, sem demora, na íntegra.

Quando, em 1903, o Acre prendia a atenção nacional, não somente pela quantidade e pela valorização da borracha que exportava, como pela revolução encabeçada por Plácido de Castro, o senhor Heliodoro Jeramilho, que vivia em Manaus há alguns anos, tomou a si reanimar o problema de ligar, por meio de uma estrada de ferro, o baixo Purús ao Acre a partir de um ponto acima da Lábrea até Caquetá, com prolongamento para o Rio Abunã, empório de comércio com a Bolívia ("Conferência" realizada no Clube de Engenharia sobre o Projeto de estrada de ferro ligando o Brasil à Bolívia, via Purús-Acre. Acompanhada de um mapa — Rio de Janeiro, 1903).

Em 1912, quando se tratava de executar a tristemente célebre Lei de Defesa da Borracha, em que foram gastos mais de dez milhões de cruzeiros do Governo Federal, sem proveito algum, surge, na Câmara dos Deputados federais, um "Memorial" de negociantes do Acre, propondo-se a construir uma estrada de ferro com início na Lábrea. E diz: "A construção da estrada, que partindo de Lábrea, no Purús, vá até ao Acre e ao Yaco, com um ramal para o Xapurí, não apresenta grandes dificuldades. Teremos a transportar toda a borracha colhida no Abunã, Tauamano e Caramano, da Bolívia, pois a estrada passará a 30 quilômetros, no máximo, do primeiro destes rios e quase que acompanhará as suas margens" ("Memorial" apresentado ao Congresso Nacional. Estrada de Ferro da Lábrea a Empresa, com ramais para Senna Madureira e Xapurí — Rio de Janeiro, 1912, pag. 7).

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, instalada depois de grandes fracassos, trazendo da Bolívia e de Mato Grosso, desde Guajará-mirim até Porto Velho, as riquezas das regiões que interessa, teve o seu último dormente batido em Guajará-mirim em 30 de abril de 1912. Não matou a idéia da ligação do Madeira ao Purús, porque continua palpitante a necessidade de um escoamento mais fácil e mais econômico de toda a produção das bacias do Abunã e do Beni, afastadas, que se acham, daquela via férrea, de transportes caríssimos.

TENTATIVAS ATUAIS

Decorridos mais de 40 anos (desde 1912, último gesto pró ligação), ressurgiu e, desta vez, cremos, com vitória certa, o pensamento de Tenreiro Aranha, Labre, José Monteiro e Jeramilho. Sim. Cremos no firme propósito de Alvaro Maia, governador do Estado; cremos na enérgica e honesta disposição de ânimo de Xenophonte Antony, incansável diretor da Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas; e, cremos, finalmente, nos abundantes recursos da Comissão. A perseverança, quando justa, sempre vence. Não é só. Lemos, no Projeto da Lei Orçamentária Federal para o exercício de 1953, a consignação da verba de Cr\$ 1.500.000,00 para a abertura de uma rodovia do Acre ao Abunã, comunicação que já existe em estado incipiente, pela qual transita muita borracha daquele Território, ao tempo da estiagem.

GEOGRAFIA LOCAL

A imensa região que a rodovia Lábrea-Humaitá ou Lábrea-Foz do Abunã deve atravessar, entre as bacias do Purús e do Madeira, está compreendida entre os paralelos 7 e 10 graus de latitude Sul. O Purús, nesse trecho, tem numerosos afluentes, dos quais se destacam, por sua extensão e volume, o Ituxí, o Marí e o Mucuí, além do Ipixuna, que ultrapassa, rumo norte, o paralelo 6. No entanto, o Madeira, nesse mesmo trecho ou seja na sua margem esquerda, é pobre de tributários caudalosos, apenas igarapés, com exceção do Abunã, muito mais à montante da primeira cachoeira.

Esses rios, na linha da projetada estrada Lábrea-Humaitá, são quase todos paralelos e separados por planaltos de campinas e matas, sendo que o Ipixuna (ou Paranaipixuna) dista do Madeira apenas cerca de 30 quilômetros. Os exploradores encontraram, nas orlas marginais, muita borracha e castanha.

Há uma divisão de águas entre os confluente do Ituxí e dos demais que se lançam à jusante da Lábrea. É um divortium muito longo, mas de insignificante altitude, em direção à foz do Abunã. Seria este o traçado, a pé enxuto, da estrada idealizada pelo Cel. Labre, também em terras de campos de pastagens, tendo cerca de 260 quilômetros. Da Lábrea a Humaitá há 160 quilômetros. Mas, carece de um ramal para o Abunã.

O inverno começa, na zona em apreço, em novembro e vai até maio. Em junho, os rios internos estão no apogeu de suas enchentes, porisso, francamente navegáveis até muitos quilômetros das respectivas embocaduras.

Os rios Ipixuna, Mucuí, Marí e outros, pouco estudados no seu curso superior, não devem fazer exceção aos demais da Amazônia, em cujas margens alagadiças, em muitos trechos, se estendem igapós e pântanos facilmente contornáveis. Nenhuma vez os exploradores fazem menção de corredeiras, nem de terras acidentadas, senão de chapadas de dorsos suaves. Tudo persuade e define a feição da planície, que um dia os canais ou as rodovias podem dominar, de um rio a outro.

Na maior intensidade do verão, em setembro e outubro, o Purús é franco aos "gaiolas" até Huitanahã, acima da Lábrea, e o Madeira (em qualquer tempo), até Santo Antonio, somente. Não há convergência natural de um para outro. São importantíssimas vias de comunicação, como se fossem mundos à parte, dirigindo-se para Manaus ou para Belém, no exercício do comércio.

O clima dessa região de entre-rios é quente e muito úmido. As chuvas são abundantes de novembro a maio, período de gradual alargamento dos varzeados, escapando, do dilúvio, as terras firmes, "as terras gerais", que constituem as referidas chapadas.

As riquezas naturais são a borracha, a castanha, as madeiras de lei, o cacau silvestre, o cumarú, tudo ainda pouco explorado, mesmo nos rios de fácil navegação como o Mucuim e o Marí (Município de Canutama). A pesca do peixe-boi, do pirarucú e da tartaruga dão grandes resultados no comércio e na alimentação das populações ribeirinhas, igualmente a caça dos veados e das queixadas.

As terras referidas compreendem parte dos Municípios amazonenses de Canutama e Lábrea, no Purús, e Humaitá, no Madeira.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Repetimos: o estabelecimento da via férrea Madeira-Mamoré, servindo um percurso de 366 quilômetros de Porto Velho à Guajará-mirim, não anulou a necessidade da ligação terrestre do Madeira ao Purús, como escoadouro de gado e das riquezas florestais do Beni, Orton, Abunã e do próprio Madeira, nos pontos acessíveis àquela via férrea, de fretes caríssimos. Continua, maior do que outrora, essa necessidade, no que toca às relações de comércio nos dois grandes rios, pois que, enquanto os produtos extrativos que descem o Purús se carregam para Manaus, os do Madeira têm mais ensejo de descer para Belém.

Ademais, é conveniente lembrar que o Rio Abunã avizinha-se bastante do Ituxí, como êste do Acre, ao qual se podem ligar, por estrada de rodagem, de menos de uma centena de quilômetros, estrada de evasão de sua borracha ao tempo do estio, quando aqueles rios se acham fechados à navegação direta com as praças de Manaus e Belém.

O escôpo mais acentuado do Cel. Labre, na construção da estrada Abunã-Lábrea, há mais de 70 anos, era a condução de gado da Bolívia, através do Rio Orton, para a região dos campos naturais do Pussiarí, fundando fazendas de criação. A êsse tempo, como já dissemos, uma rez adulta, em estabelecimentos bolivianos, custava dez cruzeiros, enquanto que, no Amazonas, cem. Hoje, muito mais do que aquela época, o Estado carece abastecer seus matadouros de gado da Bolívia.

Combate ao apodrecimento da Madeira

Uma publicação técnica britânica anuncia que o Departamento de Pesquisas Científicas e Industriais daquele país descobriu certas tintas e estucos que impedem ao fungo sair da parede para atacar a madeira. Quando aplicados depois de terminado o tratamento convencional da madeira podre, os novos materiais evitam que o mal ataque novamente, mesmo quando esporos e fios são deixados nos tijolos e entre as pedras. Os preparados compõem-se de misturas de óxido de zinco e, nas provas realizadas, foram colocados sobre paredes de tijolos rachados por onde pudessem passar fungos provenientes de um espaço situado por trás da parede contendo

madeira úmida e podre. O fungo nocivo não conseguiu transpor a barreira criada pelo material. As misturas precisam ser pesadas com cuidado, recomendando-se que sejam preparadas em outro local que não seja o da aplicação. Os novos materiais custam pouco e as superfícies dêles revestidas podem ser caiadas ou pintadas com tinta a óleo pelos métodos usuais, e até mesmo acabadas com estuco comum. As misturas devem ser usadas em vez das soluções fungicidas que geralmente são aplicadas às paredes. Recomenda-se, porém, que sejam adotadas tôdas as outras medidas usadas no combate ao apodrecimento sêco da madeira.

As Enchentes do Rio Amazonas

AGNELLO BITTENCOURT

Sócio Benemérito do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sumário: Caráter fisiográfico da bacia. Causas das enchentes. Direção nos afluentes. As alagações diluviárias. Suposto entulhamento. O estoicismo das vítimas e a solidariedade brasileira. Análise de um esquema. Prejuízos. Compensações naturais.

Embora longe de nossa terra, acompanhamos e comentamos a sua sorte. A imprensa carioca, em quase todos os seus diários, tem posto o espírito público em sentido de alarme, noticiando, por mais de um mês, o avanço do dilúvio que acaba de tragar, numa tragédia dolorosa, uma boa parte da Amazônia, devida a chuvas torrenciais, enquanto, na zona do Nordeste brasileiro, um rigoroso e prolongado estio, num contraste aflitivo, também espalha a desolação, tudo prejudicando.

Trata-se de fenômenos bem conhecidos, surgindo, nas duas regiões, em períodos incertos, de umas vezes com intervalos pequenos, quase sucessivos, mas, de outras, grandemente espaçados. Acontece, porém, que muita gente do sul do País, fazendo reportagens para jornais, na melhor intenção de bem informar aos seus leitores, não está a par das particularidades geográficas e meteorológicas daquelas terras distantes. Daí, esdrúxulos conceitos que aparecem sobre a enchente potâmica. Esclareçamos os assuntos, escrevendo, especialmente, para os nossos patricios sulinos.

Começemos a considerar o referido contraste, que não é esporádico, atendendo que, nas duas regiões flageladas, surgem concomitantemente. Com uma observação maior de cinquenta anos, chegamos à conclusão de que um grande estio nordestino corresponde a uma inundação no Amazonas. O cearense que foge do seu torrão calcinado, rumo às florestas amazônicas, encontra água por toda parte. Ficará, por certo, espantado.

Tratemos, somente, agora, dessas alagações. E vamos por parte, a fim de ficar melhor compreendida a natureza de suas causas.

Caráter fisiográfico da bacia. Como todos sabem, a Amazônia é a maior bacia fluvial do mundo. Estende-se por mais de 15 graus de Norte a Sul, desde o sistema orográfico Parimo-Guiano, até as primeiras altitudes do Planalto Central do Brasil. E de Leste a Oeste, numa formidável extensão. Louis Agassiz, que a estudou, *in loco*, dá-lhe, dos Andes ao estuário 2.500 milhas geográficas (4.630 km.). E de largura, 600 a 700 milhas (1.296 km.), "excedendo em alguns pontos esta última medida". (1).

O rio atravessa a grande Planície, de Tabatinga ao oceano, com um declive tão insignificante que, a 800 milhas da foz, o nível das águas não vai além de 200 pés (66m.). Aquele renomado naturalista achou, para essa inclinação, apenas um pé por légua, ao passo que Martius,

como veremos adiante, assinalou 2,56. Onde se acha Manaus, a cerca de 1.000 milhas (1.852 km.) do Atlântico, há uma altitude de 35 metros, sendo 25 no porto da cidade. Aí passa o Rio Negro, com uma profundidade de 80 metros, nas enchentes médias, do que se deduz estar o leito do caudal, não somente aí, como em tantos outros lugares, muito abaixo do nível do oceano.

A largura do rio varia bastante, sendo comum a de 6.000 metros nos Estados do Amazonas e Pará, exceção da parte fronteira à cidade de Obidos, em que não chega a dois quilômetros, em compensação assinalando 60 metros de profundidade.

A inclinação do leito também não é uniforme. Bem mais acentuada no Baixo Amazonas do que no Solimões. Ph von Martius achou, por légua, 1,63 pés no trecho em frente a Tabatinga; na confluência com o Rio Negro, 2,65; em Gurupá, 9,37. Deu, para inclinação, desde Pongo de Rentema, no Perú, até o oceano, a média de 2,56 pés, por légua (2). O maior ou menor desnível do álveo é o fator principal da *correnteza*, igualmente diversa, conforme a época do ano, o ponto de passagem do rio e a linha do *fio da corrente*. Chega a ser forte, mas não torrencial (mais de 2 milhas por hora) à jusante do Óbidos; mais moderada, à montante da foz do Rio Negro. Nas grandes inundações, não dá para arrastar as choupanas, as plantações, pois que não chega a ser impetuosa, como tanta gente aqui, no Sul, o supõe, salvo nas grandes curvas, onde se formam os "rebojos".

A baixada amazônica é bem característica numa faixa de 4.000 quilômetros de largura, seguida pela linha equatorial, sendo de aproximadamente 1.000 quilômetros para o Norte e 3.000 para o Sul. Dentro dela, os níveis, mesmo em pleno curso dos seus afluentes, são pequenos, inexpressivos, em relação à quota oceânica.

As terras marginais sucedem-se em verdadeiro permistão, ora de tratos (terras firmes) que as enchentes não submergem, ora de aluviões ou sedimentos (várzeas) que as inundações anuais cobrem em parte, se se tratam de várzeas muito baixas. Na zona de apreço, no auge do período hibernal, pode-se dizer que o elemento líquido predomina sobre o terrestre.

Já em outra ocasião tivemos de afirmar: "A hidrografia do Amazonas empresta a essas terras uma *facies* muito peculiar, pois não se encontram extensões que não sejam circuladas ou atravessadas por um braço de rio ou por algum igarapé.

Equivale dizer que as zonas insubmersíveis não são contínuas, como as do Sul do País; pode-se compará-las a imensas ilhas de matas elevadas, no meio dos varzeados que as águas cobrem. Nem sempre essas terras firmes seguem das margens para o interior, formando as divisas das bacias dos seus tributários. De outras vezes, é uma franja estreita que acompanha o rio, iludindo ser uma grande massa a perder-se nos longínquos sertões. As baixadas por onde serpeiam tantos rios, que se dirigem para a linha central do vale, visitadas sempre pelos transbordamentos, dão passagem a paranás, que ora correm do Amazonas para certos dos seus afluentes, como dêstes para aquêle, verdadeiro sistema de endomose, nesse movimento alternativo de enchentes e vasantes periódicas". (3).

A topografia dessas terras facilita a hidrostática das referidas enchentes e vasantes.

Além de inúmeros cursos d'água que se estendem em todos os quadrantes, muitos deles ligando-se por meio de furos e paranás, há ainda a considerar a infinidade de lagos, lagoas e pântanos ladeados, ou mesmo, cobertos por uma floresta ubertosa, compacta, incomparável, cujos elementos são, uns semi-aquáticos, como a seringueira; outros terrestres, como a castanheira.

A Amazônia, para usar uma expressão de Euclides da Cunha, é o último capítulo do Gênesis. Emerge das águas. "A terra é ainda misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados adstrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre ou iludindo as vistas com o uniforme traço de seus aspectos imutáveis". (4) E' a "terra imatura".

Quem viaja de avião, por sobre a Amazônia convence-se de que duas coisas, ali, são preponderantes: as águas e as florestas. As terras vêm depois.

José Veríssimo, emérito conhecedor da região, ajuda-nos a traçar o perfil fisiográfico da Amazônia, dizendo: "O que as cartas que possuímos dão, como um rio, um traço mais ou menos grosso, mais ou menos comprido, mais ou menos sinuoso, indicando um curso d'água — é, via de regra, um verdadeiro tronco de árvore hidrográfica de que uma miríade de afluentes, defluentes, subafluentes, igarapés, furos, paranás e lagos são os galhos, os ramos, as fôlhas". (5).

Causas das enchentes.

O regime das águas do Amazonas obedece a dois fatores, em épocas determinadas: o degêlo dos Andes e as chuvas torrenciais. O primeiro tem lugar no equinócio de setembro, quando o sol, na sua marcha aparente, passa para o hemisfério do sul. "As águas dessa procedência, diz o Cônego Bernardino de Souza, chegam ao leito do suzerano dos rios em novembro, e fazem aparecer o que vulgarmente se chama *repiquete*. Na verdade, são um verdadeiro alarma, em toda a extensão do grande rio, as primeiras polegadas d'água que sobem acima do nível da última vasante. E' assunto de tôdas as conversações." (6)

Muito mais que o degêlo, as descargas pluviais, de novembro a maio, e, mesmo, até a primeira quinzena de junho, concorrem para as enchentes do Amazonas. São cêrca de oito meses em que as águas se derramam e sobem na Planície, enquanto que a vasante — está visto — não vai além de quatro. O ímpeto ou a morosidade das alagações depende das precipitações, umas vezes rigorosas, no comêço do período, amainando mais tarde. Ninguém pode fazer um cálculo sobre a marcha da enchente, pois, quando parece prenunciar um dilúvio, quebra sua intensidade para atingir à cota normal.

De outras vezes, o intumescimento se opera assustador na segunda metade do período.

Estamos diante de um quadro das oscilações das enchentes e vasantes do Amazonas, organizado escrupulosamente, em cotas mensais, desde 1902, pela Empresa Manaus Harbour Limited, que explora o porto da capital amazonense. Trata-se do mais ilustrativo trabalho referente ao regime das águas do Amazonas. Adiante, analisaremos êsse quadro, tentando uma conclusão hidrológica.

Dirção nos afluentes.

Consequente do movimento de translação do nosso planeta, os invernos caminham do Sul para o Norte, determinando que as estações, a um só tempo, sejam contrárias nos dois hemisférios. A bacia amazônica, que tanto se estende no hemisfério meridional, indo além de 10 graus, não escapa a essa contingência. Sucede que as chuvas torrenciais caem primeiramente nos cursos superiores dos afluentes da margem direita, produzindo-lhes, por causa dos seus declives (leitos) muito acentuados e margens abarrancadas, enchentes e vasantes rápidas, resultante da fuga precipitada das águas. Nessa ocasião, o curso superior dêstes tributários está no seu mais baixo nível. Suas margens são lindas praias ou pedreiras. Os navios trafegam procurando o canal. E' o estio, enquanto que, para a região das cabeceiras, até o curso médio, domina o inverno. A enchente desce lentamente, como se fôsse uma onda colossal. O mesmo se verifica, na mesma época, nos afluentes da margem setentrional. Com alguns dias de navegação, o viajante passou da enchente para a vasante, isto é, do inverno para o verão. No Madeira, Purús e Jurua, entre os seus moradores ribeirinhos, é habitual indagam aos viajantes que descem: "Onde, em que ponto está a enchente?", a fim de prognosticarem em que dia poderá chegar em cada lugar à jusante. Tal diferença de tempo para a elevação das águas, em cada trecho do mesmo rio, foi observado por Agassis, que afirma: "Quando o Madeira, o Purús, o Xingú estão vãos, o Napo, o Içá, o Rio Negro acham-se cheios e vice-versa". (7) Os fatos decorrentes do fenômeno influem, decididamente, no tráfego de embarcações, na agricultura, na pesca, na extração de produtos naturais e na criação. A vida econômica adstringe-se, em cada lugar da mesma caudal, às contingências do vai-e-vem das águas. O determinismo geográfico fala mais alto, mais imperativamente que o homem, nessas regiões da Amazônia.

Mas, ao longo da planície gigante, na direção de Tabatinga-Ilha de Marajó ou seja a calha principal e suas visinhanças, as enchentes se processam a um só tempo. O nível das águas não apresenta notáveis diferenças, o que confirma a já aludida passagem do inverno, rumo Norte, em cada paralelo terrestre, em um só momento.

Subindo o Solimões, na época do estio, aos pilotos fluviais e outros interessados na oscilação das águas, não importa saber em que ponto se acha a enchente, pois todos a conhecem idêntica ao longo do curso a subir.

As alagações diluviais.

Já sabemos que o volume das enchentes periódicas depende da intensidade dos invernos, muito mais que das descargas dos degelos andinos. Essa intensidade, por sua vez, está na proporção dos vapores d'água evadidos do Atlântico e conduzidos, para a Planície, pelos alísios, máxime nos verões prolongados. Há, assim, maiores ou menores condensações atmosféricas, que se resolvem em chuvas mais ou menos pesadas. Estamos certos de que tais condensações se acumulam, e retardam sua queda por anos seguidos, dando em resultado grande nebulosidade que, tantas vezes, ultrapassa de 6,6.

O motivo das enchentes extraordinárias provém, a nosso ver, daquelas condensações acumuladas e resolvidas em tremendos aguaceiros sobre a Planície, de quando em quando. Os registros pluviométricos baseiam nossa assertiva.

Pensamos que os ventos alísios são responsáveis pelo fenômeno atmosférico, vindos do oceano, ora engolfando-se, em períodos incertos, pela bacia amazônica e arrastando a evaporação, ora desviando-se mais para o Sul, varando o Nordeste. Daí, as desigualdades das descargas pluviais, no mesmo período, nas duas regiões. E a prova disso está no seguinte: sempre que o Amazonas transborda, como agora, o Nordeste sofre uma estiagem calamitosa, como atrás já dissemos. Não tem outra suposição a coincidência desse antagonismo da natureza. Deixamos aos meteorologistas a explicação científica do fato.

Não é, todavia, somente a evaporação arrastada do Atlântico que torna fecundo o estado hidrométrico do céu da Amazônia. Muito concorre, para isso, a própria evaporação regional, conforme chama a nossa atenção o grande geógrafo E. Martonne. (8) Em virtude da forte incidência dos raios solares, no vastíssimo lençol líquido da Planície, naquelas partes em que as florestas não oferecem proteção, evaporam-se e condensam-se anualmente muitos milhões de metros cúbicos de água, que um dia voltam ao seu reservatório.

As enchentes em apreço poderiam ser maiores, se maiores fôsem também as precipitações habituais, de novembro a abril.

A Amazônia não é uma das regiões mais chuvosas do planeta, atendendo que os registros não atingem a 2.700 mm. No período de 1914 a 1939, ou melhor, 25 anos de observação, a maior cota foi a de 1922, 2.782,2 mm., em 136 dias de chuva, subindo o rio a 29,355 metros

sobre o nível do mar, em 18 de junho, a maior enchente conhecida.

Em contraposição, a 15 de novembro de 1906, as águas do Amazonas baixaram a 14,200 m. a menor vasante assinalada, havendo, por conseguinte, entre a máxima enchente e o menor escoamento, uma diferença de 15,155 m., que logo indica a submersão de centenas de milhares de quilômetros quadrados de várzeas e terras firmes baixas, que foram tragadas pelo dilúvio de 1922.

Repetimos, ainda uma vez: as grandes enchentes amazônicas, são felizmente, esporádicas, como as grandes sêcas nordestinas. Mas sempre existiram.

O Cônego Bernardino, a quem já nos referimos, diz-nos que as de 1859 e 1866 (sete anos de intervalo) foram "grandíssimas", não dando as cotas de elevação. A enchente de 1909, com 29,17 m., quase atinge a de 1922. Apenas inferior em 0,185m.

Justifica-se o alarme dos habitantes da Amazônia diante do que, ali, acaba de se passar. As enchentes comuns sempre andaram entre 27 e 28,50m. acima do nível do mar. A do corrente ano (1953) foi, porém, a maior até hoje presenciada, tida como sem precedente. As águas subiram a 29,62m., enquanto que a de 1922, a mais volumosa de quantas se conheciam, atingiu a 29,35m. Superou, pois, a anterior em 0,27m. O rio deixou de subir a 9 de junho, quando estacionou e começou a descer. Não houve varzeado, nem partes baixas das terras firmes que lhe escapassem. As ruas litorâneas de algumas cidades da Amazônia, como Manaus, Santarem, Alenquer, Óbidos e outras foram tragadas. Campos de agricultura e criação, como inúmeras casas de habitação, sofreram o mergulho destruidor. São incalculáveis os prejuízos daí resultantes para a economia privada e para as finanças públicas das zonas afogadas, prejuízos de que, adiante, falaremos.

Vai ser uma calamidade, tendo-se como inevitável a submersão não somente de todos os varzeados, como também das terras firmes pouco elevadas, onde vivem milhares de patricios nossos.

Suposto entulhamento.

Não acreditamos, como pensa Paul Le Coq, que as enchentes excepcionais sejam motivadas por entulhamento do canal. Admitimos que isso aconteça nos rios de corrente muito lenta e de pequena largura, correndo entre margens firmes e cujas águas não possam arrastar as casas, as areias, os paus. As terras ribeirinhas do Amazonas situadas na grande baixada, desde Pongo de Monseriche até o estuário, são, em grande parte, inundáveis, em sua imensa largura.

Se, em tôdas as cheias anuais, essas terras (várzeas) inundam-se, imagine-se o que sucede nas alagações como esta que estamos comentando! Forma-se, nas margens, um *segundo leito* suplementar, pelo qual as águas também descem, embora moresamente.

Os bancos de areia, que aparecem no verdadeiro canal, aqui ou ali, em nada estorvam a passagem da corrente. Os obstáculos são contornados. Não se concebe que detritos de toda ordem, não arrastados atrás das curvas fluviais, em virtude dos "remansos", venham a produzir entulhamentos ou barragens.

As ilhas que surgem, no álveo do Grande Rio, originam-se, as mais das vezes, além da erosão das terras ribeirinhas, do desgaste e desaparecimento de outras. Como o Saturno da fábula, o regime das águas amazônicas cria e devora essas ilhas. Em nada, porém, altera o caminho da correnteza, na gênese das enchentes extraordinárias.

O autor de "Os Sertões" referindo-se aos aludidos detritos que as águas lançam no Atlântico, disse: "O Amazonas é um rio que está devorando a terra". Tudo arrasta. Desobstrui-se por si mesmo. O resultado da erosão não *engasga* o rio, porque vai, com êle, para sua foz.

Ademais, não haveria barragem possível, que suportasse a força do rolamento de 80.000 metros cúbicos de água por segundo, descendo para o mar...

Análise de um esquema.

Para o efeito de concluirmos por uma lei hidrográfica, que pudesse determinar as variações das enchentes futuras, como os astrônomos determinam os eclipses do sol e da lua, como as passagens dos cometas, estudamos longamente quadros sinóticos e esquemas sobre os registros de 50 anos consecutivos do fluxo e refluxo das águas do Amazonas. Nada de positivo diante da falta de ritmo e da disparidade dos elementos estatísticos. As tentativas não servem nem para prognóstico, como sucede com as surpreendentes cheias do Nilo, que estão na dependência dos maiores ou menores aguaceiros da África central. Quando os fenômenos são instáveis, incertos, pelo menos no tempo, incertas também as consequências que queremos reduzir a termo.

Prejuizos das inundações excessivas.

A maior parte da população rural da Amazônia vive nas terras baixas, nos varzeados, que são as mais férteis, sempre marginando os rios, lagos e paranás. Os amazônidas preferem as "várzeas altas", isto é, aquelas que só as cheias excepcionais cobrem. Aí se estabelecem, plantam e criam. Os mais previdentes constroem casas de soalho (girau) bem acima do solo, onde o nível das águas montantes não possa chegar. Mas, sua criação miuda e os seus rebanhos, quando não são imediatamente mudados para as "terras firmes" ou para as "marombas" adrede preparadas, perdem-se afogados pela cheia. As roças desaparecem nas águas, antes que as plantas, como a juta, o milho, a mandioca, o aipim, a banana, a batata doce, estejam na época da colheita. Os prejuizos são incalculáveis para essa pobre gente, como para as populações urbanas, privadas que ficam, por algum tempo, do produto da lavoura, da criação e, indiretamente, de sua economia. Com a falta, encarece o custo da vida.

Nas inundações fluviais de grande vulto, o elemento líquido chega nos campos de cultura, como por todos os recantos da baixada, com bastante antecedência, mal permitindo a colheita prematuramente, quando o vegetal ainda não atingiu o seu ponto de maturação. Os juteiros perdem-se na sua maioria. Os bananais não escapam. E todos sabem que a banana, para o amazônida, equivale ao café. Já vai havendo falta da farinha d'água, alimento fundamental da população da hinterlândia. Com a enchente, foram-se os xerimbabos e dizimaram-se os rebanhos. A fome será a inevitável consequência da inundação. E as casas de paredes de taipa ou de palha, que as águas estragam? Essas, não há dúvida, reclamarão grandes reparos, exatamente quando o pobre morador se acha esgotado de todos os recursos. Não ficam aí os danos da invasão aquática. Nas depressões do solo, começada a vasante, mantêm-se retiradas as águas, nas quais se geram milhões de mosquitos perniciosos, responsáveis pelas febres palustres, já um tanto endêmicas na região. Os frutos venenosos, os animais que morreram afogados, as folhas e as raízes apodrecidas, que poluíram as águas, completam o cortejo dos males que sobrevêm às inundações.

Não dura mais do que um mês a inundação. As terras logo enxugam sob o rigor da canícula de julho. Os retirantes voltam ao seu aprisco. Como os que resistiram à alagação, todos recomçam na faina de recuperar o que perderam.

Atenda-se que a subida das águas é lenta, em alguns centímetros em cada 24 horas. Saiba-se, também, que os caboclos amazonenses ou paraenses têm sempre "montarias" e "igarités" no pôrto de sua casa, veículos que lhe são indispensáveis, considerando que, mesmo no mais rigoroso verão, a Planície possui água em todos os recantos. No Baixo Amazonas a correnteza é maior, mas não arrasta, como erradamente se propala, as casas e outras benfeitorias.

Vantagens das alagações.

A natureza oferece compensações às vezes insuficientes. "Deus quando fecha uma porta, abre outra", diz o brocardo popular. Assim, as grandes cheias do Amazonas retribuem, em parte, os danos que causaram.

As águas, avolumando os igarapés e entrando por todos os desvãos da terra, permitem que os "gaiolas", lanchas e canoas atinjam pontos ainda não visitados pela navegação. Descobrem-se novos seringais, castanhais, copaibais, florestas de pau rosa.

A agricultura lucra com a camada de humos, que as águas deixaram. A fertilidade é duplicada.

As cheias também expurgam o solo, matando quantos insetos e camundongos infestam e destroem as roças. Após um longo período em que as várzeas não são tragadas, é inumerável, nelas, a quantidade de "pragas" (expressão regional) que tudo devoram, nessas terras baixas. Os

campos de lavoura auferem, com as cheias, uma dupla vantagem: fertilizam-se e expurgam-se.

No ano seguinte ao de uma grande inundação, as florestas se tornam mais ubertosas. As castanheiras sobrecarregam-se de "ouriços". E as seringueiras, mais leitosas. As colheitas, assim, mais lucrativas. Os rios enchem-se de peixes e tartarugas, que puderam, pela subida eventual das águas, sair dos lagos centrais, onde era difícil apanhá-los.

Com tôdas essas vantagens oferecidas pela natureza, o caboclo amazonense se reanima, trabalha e, em pouco, estabiliza sua vida econômica. Mas preferia, mil vêzes, permanecer tranquilo e feliz na sua barraca, no convívio da mulher e dos filhos.

O estoicismo das vítimas e a solidariedade brasileira.

Não se diga que o caboclo é um fraco. A coragem com que êle enfrenta a natureza ainda bravia dá-lhe a vitória na luta pela vida. Realmente quem se habituou a atravessar as florestas, despresando a solidão e defendendo-se das feras; quem, em geral, sem alimentação suficiente, vara os igapós, em dias consecutivos, na sua pequena "montaria"; quem resiste aos arrancos de um peixe-boi fogado, até dominá-lo; quem rema semanas inteiras, de um lago a outro, à procura dos pirarucús e das tartarugas, para comer e negociar, é um intrépido. Na sua alma residem a paciência com que espera e a resignação com que se submete aos imperativos do meio físico. Ama a dignidade. Sofre, mas não pede esmola. Sua psicologia tem apanágios de nobreza, que se manifesta em rasgos de espontânea solidariedade, quando vê seus parentes e amigos em má situação.

Pois bem. Foi gente dessa têmpera que a inundação potâmica acaba de destroçar, na sua casa, lavoura e criação. Referem-nos informações chegadas da Amazônia que os caboclos, mutuamente se auxiliando, em canoas e motores, na luta contra as águas, noite e dia, fizeram prodígios na obra da salvação comum dos seus haveres. Todos os recursos de transporte, homens e embarcações, empregaram-se gratuitamente.

Nos meses de maio e junho e começo de julho, os ribeirinhos constituíram-se em grande "ajuri", palavra que se traduz em solidariedade, auxílio, pugna pelo ideal de servir e salvar. E, ainda, no instante em que traçamos estas linhas (9.6.53) prossegue, na sua fase final, o tremendo entrevero entre as águas, que fogem, e os homens que permanecem nos seus postos de combate. Dir-se-á que a natureza entregou os pontos...

De perto e de longe, foi assistida comovidamente a tragédia. Mãos amigas e protetoras foram estendidas às vítimas. De vários lugares do País, inclusivé do Rio de Janeiro e de Santos, sem esquecer os muitos auxílios, de entidades e particulares da própria Amazônia, foram enviados. Os governos regionais, estaduais e municipais da região flagelada prestaram valiosa e pronta assistência. Até o governo peruano, por sua municipalidade de Loreto, não foi indiferente

à sorte dos nossos patrícios, pois, imediatamente, mandou-lhes fartos objetos de uso doméstico. Mas, enquanto a iniciativa particular chega no instante psicológico e trágico do sofrimento, o Governo Federal decreta a verba de Cr\$. . . 20.000.000,00, há cêrca de dois meses, para socorrer aquela gente, mas não libera, até hoje, senão Cr\$ 5.000.000,00, que ainda não lá chegaram, conforme declarações telegráficas nos jornais cariocas. Esse dinheiro irá, talvez, fora de tempo. E' nosso hábito, de conformação econômica e espiritual, aceitar o "antes tarde do que nunca". Mas, num doloroso caso de emergência, é preferível dizer, como os ingleses: "antes nunca do que tarde".

O caboclo espera, entre desconfiado do que lhe prometeram sem que nada pedisse, e agradecido por tudo que, em realidade, lhe fizeram.

Rio, 9.53.

- (1) Louis Agassis — "Conversações Científicas sôbre o Amazonas", feita na sala do Externato do Colégio Pedro II, durante o mês de maio de 1866, pag. 2, Rio de Janeiro, 1866.
- (2) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius — "Viagem pelo Brasil", 3.º vol., pag. 443, trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, Rio, 1938.
- (3) Agnello Bittencourt, "Chorografia do Estado do Amazonas", pag. 16, Manaus, 1925.
- (4) Alberto Rangel, "Inferno Verde" (Preâmbulo).
- (5) José Veríssimo — "A Pesca na Amazônia", pag. 17, Pará, 1895.
- (6) Cônego Bernardino de Souza — "Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas", pag. 225, 1873.
- (7) Ob. cit.
- (8) E. Martonne — "Traité de Geografie Physique", pag. 261.

Estatísticas sôbre Borracha

O mensário "Comércio Internacional" publicado pela CEXIM, traz, no seu número de fevereiro do corrente ano, interessantes informações a respeito de artefatos de borracha e outros artigos.

Através dessa revista, ficamos sabendo que a produção brasileira de pneumáticos, no terceiro trimestre de 1952, foi de 410.050 peças e as de câmara-de-ar de tôdas as categorias foi de 230.396 unidades. O valor das vendas dêsses artigos atingiu Cr\$ 598.050.216,00.

No mesmo período, o consumo de borracha, por categoria, foi o seguinte:

Pneumáticos e câmara-de-ar — 5.393.919 quilos.

Material elétrico, inclusivé latex — . . . 84.808 quilos.

Material para consêrto, inclusivé latex — 200.237 quilos.

Artefatos em geral, idem — 1.169.271 quilos.

O total de borracha consumida no nosso país, durante o citado trimestre, foi, portanto, de 6.857.235 quilos.

DIA DO COMERCIANTE

Sob os auspícios da Confederação Nacional do Comércio, entidade que reúne em seu seio os mais credenciados elementos de tôdas as Associações Comerciais do país, comemorou-se, a 16 de julho, em todo o território nacional e pela primeira vez na história comercial do Brasil, o "Dia do Comerciante", motivo de festejos em todos os recantos da União.

Assim, visando a abrilhantar as festividades, a ASSOCIAÇÃO fez realizar, em sua sede social, solene reunião, a qual contou com a presença do Governador do Estado, representado pelo Tenente Coronel Palma Lima, presidente da Assembléia Legislativa, Arcebispo da Arquidiocese de Manaus, presidente da Câmara Municipal, comandante da Guarnição Federal e outras autoridades, bem como representantes da imprensa.

Na ocasião, o presidente Ermindo Fernandes Barbosa, reportando-se ao grato acontecimento, pronunciou oportuno discurso, interpretando a alegria e os sentimentos das classes comerciais representadas pelo Instituto.

Foram as seguintes, as palavras, do snr. Presidente:

Exmas. Autoridades

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Devemos à iniciativa da Confederação Nacional do Comércio, que tem a dirigí-la, nesta hora de graves inquietações, a figura marcante de Brasília Machado Neto, a instituição do DIA DO COMERCIANTE, para cuja brilhante comemoração nos reunimos nesta Casa.

Era, na realidade, estranhável que, embora possuindo todos ou quase todos os grupos sociais, econômicos e culturais, integrantes da comunhão brasileira, seu dia comemorativo, não tivessem os comerciantes, parte sobremodo expressiva no conjunto das forças criadoras de nossa grandeza, uma data destinada a assinalar e enaltecêr o trabalho dos homens que abraçaram essa espinhosa profissão.

O mérito de tão oportuna consagração já não pode fugir à compreensão da comunidade brasileira, sempre singularmente generosa em premiar, com aplausos e manifestações de simpatia, quantos — indivíduos ou instituições — contribuem para acelerar o nosso progresso e tornar mais expressiva a projeção do país no panorama internacional.

É êsse, sem sombra de dúvida, o papel do comerciante, seja êle simples distribuidor de produtos destinados ao consumo imediato do público, no mais modesto vilarejo do território pátrio, ou encarne uma dessas poderosas organizações, que levam nossa produção aos grandes mercados de consumo, europeus e norte-americanos.

Época existiu, antes do advento do mercantilismo, que rasgou mundos desconhecidos ao

empreendimento dos povos, alterando o critério tradicional e hermético dos valores humanos na paisagem social, em que a profissão de comerciar ou mercadejar se vestia de sentido nitidamente pejorativo ou desprimoroso. A nobreza, o clero, as profissões das armas, as atividades especulatórias de ordem cultural ou o simples tafelar na agricultura, superavam, em qualidade e merecimento, a prática do comércio, no processamento de seus atos de compra e venda, tidos e havidos sem outra qualquer função, no plano das relações internas ou internacionais.

A marcha vertiginosa do progresso, ao partir das descobertas de continentes novos e ricos e do alvorecer da industrialização, abriu, porém, ensejo a que o papel do comerciante se destacasse e tomasse novas características, adquirindo notável preponderância na vida dos povos civilizados.

A atividade comercial é, sem dúvida, uma constante nas sociedades organizadas, denominador comum de tôdas ou de quase tôdas as atividades humanas, mesmo as de ordem artística ou cultural, porque nenhuma delas foge ao seu alvo final, que é permuta ou venda de um produto, derive êste dos arcanos da inteligência cultivada, da habilidade manual, da perícia técnica, da planta que brota do solo ou da máquina que fabrica em série.

Da Vinci pintou para a posterioridade e para a eternidade, Dante e Camões escreviam, ao impulso das reações psicológicas de suas genialidades criadoras, para a consagração dos séculos. Nos dias que correm, todavia, os grandes poetas e romancistas escrevem, sem prejuizo da grandeza de suas realizações literárias, com vista ao balcão das livrarias e das casas editoras. Paisagistas e retratistas não vingariam, para glória de suas criações artísticas, não fossem estas enfileiradas nas galerias e pinacotecas, e comerciadas pelo que valem. Só não se comercia com a vida, que é dom divino e a Deus pertence, e o Supremo Artífice não a fez para negócio, mas para a provação e a purificação, nas agruras da existência terrena e seu preço único é bemaventurança celestial.

Na vida das nações modernas, a produção agrícola e a produção industrial formam e consolidam sua infra-estrutura. Infra-estrutura que exige, para seu perfeito funcionamento, a colaboração de conhecimentos técnicos, abrangendo todos os ramos da ciência — da química à mecânica, do sanitário à sociologia, com escala por tôdas as províncias do saber humano. Substratum e alicerce das nações, tem ela que ser sólida, diversificada e disciplinada, para que gere progresso, riqueza e felicidade.

Mas semelhantes virtudes estariam frustradas ou seriam inoperantes, se não as completasse, por sua vez, uma super-estrutura, também altamente sistematizada, capaz de responder e corresponder às múltiplas exigências do edificio a que serve de cobertura. Essa super-estrutura



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA